

As Tecnologias Educacionais como Instrumento de Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo no Município de Feira Grande – Alagoas

Jully Sabrina Lira Correia da Silva de Almeida

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica destinada à garantia do direito à escolarização daqueles que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada adequada. Diante das transformações sociais e do avanço das tecnologias digitais, torna-se indispensável refletir sobre o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos capazes de favorecer a aprendizagem, a inclusão digital e a formação cidadã dos estudantes da EJA. O presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição das tecnologias educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos no município de Feira Grande, estado de Alagoas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, realizada com estudantes da modalidade e com a coordenação municipal da EJA. A fundamentação teórica apoia-se, entre outros autores, em Freire (1996; 2006), Saviani (2003), Mercado (2004), Cavalcante (2007), Gil (2008) e Lankshear e Knobel (2008). Os resultados demonstram que as tecnologias educacionais representam importante recurso pedagógico para ampliar as possibilidades de aprendizagem, fortalecer a autonomia discente e favorecer a inclusão social e profissional. Contudo, evidenciam também limitações relacionadas à infraestrutura tecnológica, à formação docente e à insuficiente articulação das políticas públicas educacionais em âmbito municipal. Conclui-se que a utilização planejada das tecnologias, integrada às práticas pedagógicas, potencializa o processo educativo da EJA e contribui para a formação crítica e cidadã dos educandos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Tecnologias Educacionais. Aprendizagem. Inclusão Digital. Políticas Públicas.



Recebido em: julho.2025. Aceito em: novembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.831

**Travessias Científicas Contemporâneas:
Investigações, Práticas e Diálogos em Movimento**

Dezembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Educational Technologies as a Learning Tool in Youth and Adult Education: A Study in the Municipality of Feira Grande, Alagoas

Abstract: Youth and Adult Education (EJA) is a modality of basic education aimed at ensuring the right to schooling for individuals who did not have access to or were unable to remain in school at the age considered appropriate. In light of social transformations and the advancement of digital technologies, it is essential to reflect on the role of Information and Communication Technologies (ICTs) as tools capable of fostering learning, digital inclusion, and citizenship education among EJA students. This article aims to analyze the contribution of educational technologies to the development of learning in Youth and Adult Education in the municipality of Feira Grande, state of Alagoas, Brazil. This is a qualitative study conducted through a literature review and field research involving students enrolled in this educational modality and the municipal EJA coordination team. The theoretical framework is based, among other authors, on Freire (1996; 2006), Saviani (2003), Mercado (2004), Cavalcante (2007), Gil (2008), and Lankshear and Knobel (2008). The results demonstrate that educational technologies represent an important pedagogical resource for expanding learning opportunities, strengthening student autonomy, and promoting social and professional inclusion. However, they also reveal limitations related to technological infrastructure, teacher training, and the insufficient coordination of public educational policies at the municipal level. It is concluded that the planned use of technologies, integrated into pedagogical practices, enhances the educational process in EJA and contributes to the critical and citizenship education of learners.

Keywords: Youth and Adult Education. Educational Technologies. Learning. Digital Inclusion. Public Policies.

Las Tecnologías Educativas como Instrumento de Aprendizaje en la Educación de Jóvenes y Adultos: Un Estudio en el Municipio de Feira Grande, Alagoas

Resumen: La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) constituye una modalidad de la educación básica destinada a garantizar el derecho a la escolarización de aquellas personas que no tuvieron acceso o permanencia en la escuela en la edad considerada adecuada. Ante las transformaciones sociales y el avance de las tecnologías digitales, resulta indispensable reflexionar sobre el papel de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) como instrumentos capaces de favorecer el aprendizaje, la inclusión digital y la formación ciudadana de los estudiantes de la EJA. El presente artículo tiene como objetivo analizar la contribución de las tecnologías educativas al desarrollo del aprendizaje en la Educación de Jóvenes y Adultos en el municipio de Feira Grande, estado de Alagoas, Brasil. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, desarrollada mediante revisión bibliográfica e investigación de campo, realizada con estudiantes de esta modalidad educativa y con la coordinación municipal de la EJA. La fundamentación teórica se apoya, entre otros autores, en Freire (1996; 2006), Saviani (2003), Mercado (2004), Cavalcante (2007), Gil (2008) y Lankshear y Knobel (2008). Los resultados demuestran que las tecnologías educativas representan un importante recurso pedagógico para ampliar las posibilidades de aprendizaje, fortalecer la autonomía de los estudiantes y favorecer la inclusión social y profesional. Sin embargo, también evidencian limitaciones relacionadas con la infraestructura tecnológica, la formación docente y la insuficiente articulación de las políticas públicas educativas en el ámbito municipal. Se concluye que el uso planificado de las tecnologías, integrado en las prácticas pedagógicas, potencia el proceso educativo de la EJA y contribuye a la formación crítica y ciudadana de los educandos.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Tecnologías Educativas. Aprendizaje. Inclusión Digital. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito social fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e representa um dos principais instrumentos de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha papel estratégico ao garantir oportunidades educacionais para pessoas que, por diferentes razões econômicas, sociais, culturais ou familiares, interromperam ou sequer iniciaram sua trajetória escolar durante a idade regular de ensino.

Historicamente, a EJA surgiu como resposta às elevadas taxas de analfabetismo existentes no Brasil e consolidou-se como importante política pública voltada à democratização do acesso à educação. Mais do que alfabetizar, essa modalidade busca promover a formação integral dos estudantes, ampliando suas possibilidades de participação social, exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho.

Nas últimas décadas, entretanto, profundas transformações tecnológicas modificaram significativamente as formas de comunicação, produção do conhecimento e organização da sociedade. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxe novos desafios para os sistemas educacionais, exigindo mudanças nas metodologias de ensino e na atuação docente. Nesse cenário, a escola passou a ser chamada a incorporar recursos tecnológicos como instrumentos de mediação pedagógica capazes de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, participativo e significativo.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos, a utilização das tecnologias apresenta importância ainda maior, considerando que muitos estudantes encontram na escola sua primeira oportunidade de acesso ao universo digital. Dessa forma, a inclusão tecnológica ultrapassa o domínio operacional dos equipamentos, tornando-se elemento essencial para o exercício da cidadania, para o acesso à informação e para a qualificação profissional.

Apesar dos avanços registrados nas políticas públicas voltadas à expansão das tecnologias educacionais, observa-se que inúmeros municípios brasileiros ainda enfrentam dificuldades para integrar esses recursos ao cotidiano escolar. Entre os principais obstáculos destacam-se a insuficiência de

equipamentos, a precariedade da infraestrutura tecnológica, a limitada formação continuada dos professores e a fragilidade das políticas municipais voltadas ao fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, cujo objetivo consiste em analisar a contribuição das tecnologias educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos do município de Feira Grande, estado de Alagoas.

Parte-se da hipótese de que a utilização planejada das tecnologias, articulada às práticas pedagógicas e acompanhada de políticas públicas efetivas, favorece significativamente o desenvolvimento da aprendizagem, amplia as oportunidades de inclusão digital e fortalece a formação cidadã dos estudantes da EJA.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se pesquisa qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo desenvolvida junto aos estudantes da modalidade e à coordenação municipal da EJA. A investigação procurou compreender como os recursos tecnológicos são utilizados no cotidiano escolar, bem como identificar seus principais desafios e potencialidades para o fortalecimento do processo educativo.

Dessa forma, este artigo pretende contribuir para o debate acerca da importância das tecnologias educacionais na Educação de Jovens e Adultos, evidenciando a necessidade de políticas públicas comprometidas com a melhoria da qualidade do ensino e com a efetivação do direito à educação ao longo da vida.

2 EDUCAÇÃO, FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E FORMAÇÃO HUMANA

A educação constitui um fenômeno histórico, social e cultural indispensável à constituição da vida em sociedade. Mais do que um processo de transmissão de conhecimentos, representa uma prática social capaz de promover a formação integral do ser humano, favorecendo o desenvolvimento intelectual, ético, político e cultural dos indivíduos.

Sob essa perspectiva, a escola assume papel central na construção da cidadania e na democratização do conhecimento. Conforme destaca Freire

(1996), ensinar não significa transferir conteúdos prontos, mas criar condições para que os educandos construam criticamente o conhecimento a partir de suas experiências e da realidade em que vivem. A aprendizagem, portanto, ocorre mediante o diálogo, a reflexão e a participação ativa dos sujeitos no processo educativo.

Saviani (2003) acrescenta que a educação deve ser compreendida como instrumento de emancipação social, possibilitando aos indivíduos apropriarem-se do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Assim, a função social da escola ultrapassa a simples preparação para o mercado de trabalho, envolvendo também a formação ética, política e cidadã dos estudantes.

Nesse sentido, a escola contemporânea deve constituir-se como espaço democrático de inclusão, diálogo e valorização das diferenças. Sua atuação precisa considerar a diversidade cultural, econômica e social dos estudantes, reconhecendo que o processo educativo deve responder às necessidades concretas da comunidade em que está inserido.

Além disso, a formação escolar deve estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual, da capacidade crítica e da participação cidadã, preparando os estudantes para compreender e intervir na realidade social. Essa perspectiva se torna especialmente relevante na Educação de Jovens e Adultos, cujos sujeitos trazem consigo diferentes experiências de vida, conhecimentos construídos fora da escola e expectativas relacionadas à melhoria das condições de vida por meio da educação.

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FUNDAMENTOS LEGAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da Educação Básica destinada às pessoas que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada apropriada para a escolarização. Seu propósito vai além da alfabetização, abrangendo a garantia do direito à educação, a promoção da cidadania, a inclusão social e a qualificação para o mundo do trabalho.

Historicamente, a educação de adultos no Brasil esteve associada às campanhas de alfabetização desenvolvidas a partir da década de 1940. A criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1945, impulsionou políticas voltadas à alfabetização da população adulta, culminando em diversas iniciativas governamentais. Entre elas destacam-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947, e, posteriormente, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído em 1967, cujo objetivo principal era reduzir os elevados índices de analfabetismo existentes no país.

Entretanto, foi a partir das contribuições de Paulo Freire que a educação de jovens e adultos passou a ser compreendida como um processo de emancipação humana. Para Freire (1996), alfabetizar significa muito mais do que ensinar a ler e escrever; trata-se de desenvolver a capacidade de compreender criticamente a realidade, fortalecendo a autonomia e a participação social dos sujeitos.

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, estabelecendo as bases para a universalização do acesso ao ensino. Posteriormente, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) reconheceu oficialmente a Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica, determinando que os sistemas de ensino assegurem oportunidades educacionais apropriadas às características, interesses e condições de vida dos estudantes.

Essa perspectiva rompe com a visão compensatória anteriormente atribuída à EJA, passando a concebê-la como política pública permanente de inclusão educacional. Nessa modalidade, o estudante deixa de ser visto como alguém que "perdeu o tempo de estudar" para ser reconhecido como sujeito de direitos, portador de experiências, conhecimentos e trajetórias que enriquecem o processo educativo.

Apesar dos avanços legais, a EJA continua enfrentando desafios relacionados à evasão escolar, à insuficiência de recursos, à inadequação das metodologias de ensino e às limitações das políticas públicas voltadas para essa modalidade. Esses fatores demonstram que garantir o acesso à escola não é

suficiente; é necessário assegurar condições para a permanência, a aprendizagem significativa e a conclusão dos estudos.

2.2 AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido nas últimas décadas modificou profundamente as formas de comunicação, produção do conhecimento e organização da sociedade. A expansão da internet, dos dispositivos móveis e das tecnologias digitais transformou a maneira como as pessoas aprendem, trabalham e se relacionam, impondo novos desafios às instituições educacionais.

Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) deixaram de representar apenas instrumentos complementares para assumirem papel estratégico na construção do conhecimento. Quando utilizadas de forma planejada e articuladas aos objetivos pedagógicos, elas favorecem metodologias mais participativas, colaborativas e centradas no estudante.

Mercado (2004) afirma que a tecnologia deve ser compreendida como instrumento mediador da aprendizagem, capaz de ampliar o acesso às informações e favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas. Entretanto, o autor ressalta que a simples presença de equipamentos tecnológicos na escola não garante melhoria da qualidade do ensino. O fator determinante continua sendo a prática pedagógica desenvolvida pelo professor.

Nessa perspectiva, o educador deixa de ocupar exclusivamente o papel de transmissor do conhecimento para assumir a função de mediador do processo educativo, orientando os estudantes na seleção, interpretação e utilização crítica das informações disponíveis nos ambientes digitais.

Além disso, o uso das tecnologias favorece a construção de metodologias ativas de aprendizagem, nas quais o estudante participa de forma mais autônoma da produção do conhecimento. Recursos como plataformas educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, vídeos, simuladores, aplicativos e ferramentas colaborativas ampliam significativamente as possibilidades pedagógicas da escola.

Contudo, a efetividade dessas práticas depende de condições estruturais adequadas. A disponibilidade de laboratórios de informática, acesso à internet de qualidade, equipamentos atualizados e programas permanentes de formação continuada dos professores constituem requisitos indispensáveis para que as tecnologias sejam incorporadas ao cotidiano escolar de forma eficiente.

Nesse sentido, a tecnologia deve ser entendida não como substituta da ação docente, mas como recurso capaz de potencializar as práticas pedagógicas, tornando o ensino mais significativo, contextualizado e compatível com as demandas da sociedade contemporânea.

2.3 TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Na Educação de Jovens e Adultos, a utilização das tecnologias assume características particulares, em razão do perfil diversificado dos estudantes. Em geral, são trabalhadores, pais e mães de família ou pessoas que interromperam seus estudos por motivos econômicos, sociais ou culturais, retornando posteriormente à escola em busca de melhores oportunidades de vida.

Essa realidade exige que as práticas pedagógicas valorizem os conhecimentos prévios dos estudantes, respeitem suas experiências e promovam uma aprendizagem contextualizada. As tecnologias educacionais contribuem significativamente para esse processo ao favorecer metodologias mais flexíveis, dinâmicas e participativas.

A inclusão digital representa um dos principais benefícios proporcionados pelas tecnologias na EJA. Muitos estudantes têm na escola seu primeiro contato sistemático com computadores, internet e plataformas digitais, desenvolvendo competências essenciais para sua inserção na sociedade da informação e no mercado de trabalho.

Entretanto, a inclusão digital não deve restringir-se ao domínio operacional das ferramentas tecnológicas. É necessário desenvolver competências relacionadas à pesquisa, à análise crítica das informações, à comunicação, à resolução de problemas e à produção colaborativa do conhecimento.

Freire (1996) ressalta que toda prática educativa deve estimular a autonomia dos educandos. Nesse sentido, as tecnologias ampliam as possibilidades de construção do conhecimento quando utilizadas para favorecer a investigação, o diálogo, a resolução de problemas e a reflexão crítica sobre a realidade.

Outro aspecto relevante refere-se à motivação dos estudantes. A utilização de vídeos, recursos multimídia, aplicativos educacionais, pesquisas na internet e atividades interativas tende a tornar as aulas mais atrativas, favorecendo o interesse, a participação e a permanência dos estudantes na escola.

Todavia, diversos obstáculos ainda limitam a plena integração das tecnologias à Educação de Jovens e Adultos. Entre eles destacam-se a insuficiência de equipamentos, a precariedade da infraestrutura tecnológica, a baixa conectividade em algumas escolas, a limitada formação dos professores para o uso pedagógico das tecnologias e a reduzida disponibilidade de materiais didáticos digitais adaptados ao perfil da modalidade.

Esses desafios evidenciam que a modernização tecnológica da escola deve estar acompanhada de investimentos permanentes em infraestrutura, valorização docente e fortalecimento das políticas públicas educacionais. Somente dessa forma será possível utilizar as tecnologias como instrumentos efetivos de democratização do conhecimento, inclusão social e desenvolvimento humano.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira apresenta uma trajetória marcada por rupturas, desigualdades e mudanças estruturais desde o período colonial. Com a chegada dos portugueses, foi implantado um modelo educacional baseado nos padrões europeus, substituindo gradativamente as formas tradicionais de aprendizagem dos povos originários. A partir de 1549, com a chegada dos jesuítas liderados pelo padre Manoel da Nóbrega, iniciou-se um processo sistematizado de ensino,

inicialmente voltado à catequização indígena e à formação dos filhos dos colonos.

Embora a proposta inicial dos jesuítas contemplasse a alfabetização de indígenas e colonos, ao longo do tempo o modelo educacional passou a privilegiar a formação das elites coloniais, consolidando uma educação excludente e distante das necessidades sociais da maioria da população. A expulsão dos jesuítas em 1759, determinada pelo Marquês de Pombal, provocou uma profunda desorganização do sistema educacional, dando origem a um período marcado pela precariedade das aulas públicas e pela ausência de políticas educacionais estruturadas.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, ocorreram avanços institucionais importantes, como a criação de escolas superiores, bibliotecas e instituições científicas. Entretanto, a educação básica permaneceu em segundo plano, mantendo uma estrutura limitada e pouco acessível às camadas populares. Esse processo histórico contribuiu para a formação de um sistema educacional marcado por desigualdades que ainda repercutem na realidade brasileira contemporânea.

Apesar dos avanços constitucionais que reconhecem a educação como direito de todos, persistem desafios relacionados ao analfabetismo, à exclusão escolar e à desigualdade de oportunidades. Dados do IBGE (2024) indicam que milhões de brasileiros ainda apresentam dificuldades de leitura e escrita, demonstrando que a democratização efetiva da educação continua sendo um desafio nacional.

Nesse contexto, a educação deve ser compreendida como instrumento de transformação social, desenvolvimento humano e construção da cidadania. A garantia do acesso ao conhecimento representa uma condição fundamental para reduzir desigualdades e ampliar as possibilidades de participação dos indivíduos na sociedade.

3.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade educacional destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos

estudos na idade considerada regular. Sua trajetória histórica revela um processo marcado por iniciativas descontínuas, políticas emergenciais e dificuldades de consolidação enquanto política pública permanente.

Os primeiros movimentos voltados à educação de adultos ganharam maior destaque a partir da década de 1940, especialmente com iniciativas vinculadas à formação profissional e à preparação da mão de obra para o desenvolvimento industrial brasileiro. Posteriormente, surgiram programas como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), porém muitos deles foram interrompidos ou não alcançaram resultados capazes de eliminar o analfabetismo no país.

A perspectiva da EJA também se relaciona aos princípios da educação popular defendidos por Paulo Freire, que compreende o processo educativo como prática de emancipação, valorização dos saberes dos sujeitos e construção da autonomia. Nessa concepção, jovens e adultos não devem ser vistos apenas como indivíduos que precisam recuperar uma escolarização perdida, mas como cidadãos que possuem experiências, conhecimentos e potencialidades próprias.

Dessa forma, a EJA assume papel fundamental na promoção da inclusão social, pois possibilita que trabalhadores e pessoas historicamente excluídas tenham acesso ao conhecimento, ampliem suas oportunidades profissionais e participem de maneira mais ativa da vida social. Entretanto, ainda existem desafios significativos, como a evasão escolar, a necessidade de formação adequada dos professores, a falta de recursos e a dificuldade de articulação entre o currículo escolar e a realidade dos estudantes. Por essa razão, a EJA necessita de políticas públicas permanentes, planejadas e comprometidas com a formação integral do indivíduo.

3.3 A EJA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Educação de Jovens e Adultos encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece essa modalidade como parte integrante da educação básica. A legislação estabelece

que a educação é direito de todos e responsabilidade do Estado, devendo promover o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo 37 da LDB determina que a EJA seja destinada às pessoas que não tiveram oportunidade de concluir os estudos no período regular, garantindo mecanismos para sua inserção ou reinserção no sistema educacional. Assim, essa modalidade representa uma política de reparação histórica e de inclusão social.

Além da escolarização, a EJA deve possibilitar a formação profissional e o desenvolvimento de competências necessárias para a participação social e para o mundo do trabalho. Nesse sentido, a educação de jovens e adultos ultrapassa a simples aquisição de conteúdos, constituindo-se como um processo de valorização humana, autonomia e cidadania. Portanto, fortalecer a EJA significa reconhecer que todos os indivíduos possuem direito permanente ao conhecimento e às oportunidades de desenvolvimento pessoal, profissional e social.

3.4 A INFORMÁTICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A inserção das tecnologias digitais no processo educacional tem adquirido papel fundamental na formação dos sujeitos, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em uma sociedade marcada pela presença constante da informação e pela exigência de novas competências profissionais, o domínio das tecnologias torna-se uma condição importante para a inclusão social e para a participação no mundo do trabalho.

Segundo Mercado (2004), o uso das tecnologias educacionais possibilita uma aprendizagem mais dinâmica, permitindo que o estudante participe ativamente da construção do conhecimento, desenvolva autonomia e estabeleça relações entre os conteúdos escolares e as situações vivenciadas em seu cotidiano. Nesse sentido, a tecnologia não deve ser compreendida apenas como ferramenta técnica, mas como instrumento pedagógico capaz de ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Para os estudantes da EJA, o acesso às tecnologias representa uma oportunidade de superar barreiras históricas relacionadas à exclusão educacional e digital. Muitos desses alunos tiveram sua trajetória escolar interrompida por questões sociais, econômicas ou profissionais, retornando aos estudos em busca de melhores condições de vida e maior inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, a utilização efetiva dos recursos tecnológicos depende da preparação dos professores, da disponibilidade de equipamentos e de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada. O professor assume papel fundamental como mediador do processo educativo, devendo utilizar as tecnologias de forma planejada, relacionando-as aos conhecimentos prévios dos alunos e às necessidades de sua realidade social.

Dessa forma, a tecnologia aplicada à EJA deve contribuir não apenas para o desenvolvimento de habilidades digitais, mas também para a formação crítica dos estudantes, permitindo que utilizem esses recursos como meios de participação social, profissional e cidadã.

4. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como bibliográfica e de campo, utilizando abordagem qualitativa para compreender a importância das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem educação, tecnologia, inclusão social e EJA, entre eles Freire (2006), Mercado (2004), Gadotti e Romão (2006), além de documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A pesquisa de campo foi realizada na Secretaria Municipal de Educação de Feira Grande, Estado de Alagoas, envolvendo a participação da Secretaria de Educação, uma coordenadora da EJA e cinco estudantes dessa modalidade de ensino.

Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, buscando identificar as percepções dos participantes sobre o

uso das tecnologias digitais, as dificuldades encontradas e as contribuições desses recursos para a aprendizagem.

Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, considerando as opiniões dos gestores, professores e estudantes, relacionando-as aos fundamentos teóricos apresentados no estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados evidenciou que a tecnologia é reconhecida pelos participantes como um recurso importante para o desenvolvimento da aprendizagem na EJA. Entretanto, também revelou limitações relacionadas ao acesso aos equipamentos, à disponibilidade de tempo dos estudantes e à formação tecnológica dos professores.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, muitos estudantes da EJA possuem dificuldades para acompanhar as atividades devido às condições de trabalho, principalmente por exercerem atividades rurais que exigem esforço físico diário. O cansaço e a falta de recursos financeiros dificultam tanto a frequência escolar quanto o acesso aos equipamentos tecnológicos.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de maior formação dos professores para o uso pedagógico das tecnologias. Embora reconheçam a importância desses recursos, alguns docentes ainda apresentam dificuldades relacionadas ao domínio das ferramentas digitais, indicando a necessidade de investimentos permanentes em capacitação.

Na percepção dos estudantes, a educação representa uma possibilidade de transformação de vida, melhoria profissional e ampliação das oportunidades de trabalho. Todos os participantes demonstraram interesse em continuar estudando, reconhecendo que o conhecimento adquirido pode contribuir para sua autonomia e participação social.

Quanto ao uso das tecnologias, parte dos alunos afirmou possuir facilidade em aprender, enquanto outros relataram dificuldades relacionadas ao manuseio dos equipamentos e à compreensão da linguagem digital. Mesmo diante dessas limitações, os estudantes demonstraram interesse em

desenvolver suas habilidades tecnológicas, compreendendo sua importância para a vida cotidiana e profissional.

Os resultados indicam que a tecnologia possui potencial significativo no processo de aprendizagem da EJA, mas sua efetividade depende de condições adequadas de acesso, formação docente e políticas públicas comprometidas com a inclusão digital.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos constitui uma importante política de inclusão social e reparação histórica, possibilitando que indivíduos que tiveram sua trajetória escolar interrompida possam retornar aos estudos e ampliar suas oportunidades pessoais e profissionais.

A pesquisa demonstrou que as tecnologias digitais representam ferramentas essenciais para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem na EJA, contribuindo para o desenvolvimento de competências necessárias à participação social e ao ingresso no mundo do trabalho. Entretanto, sua utilização ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura escolar, ao acesso dos estudantes aos equipamentos e à formação continuada dos professores.

Nesse contexto, torna-se fundamental que as políticas educacionais promovam não apenas a disponibilização de recursos tecnológicos, mas também condições para que professores e alunos possam utilizá-los de maneira crítica, criativa e significativa.

O professor da EJA possui papel estratégico nesse processo, atuando como mediador entre o conhecimento, a tecnologia e a realidade dos estudantes. Sua prática deve valorizar as experiências de vida dos alunos, relacionando os conteúdos escolares às necessidades sociais e profissionais de cada indivíduo.

Assim, a tecnologia deve ser compreendida como instrumento de democratização do conhecimento, capaz de reduzir desigualdades e ampliar possibilidades de participação cidadã. Investir na Educação de Jovens e Adultos significa reconhecer que a aprendizagem é um processo permanente e que

todos os sujeitos possuem direito ao desenvolvimento humano, independentemente de sua idade ou trajetória escolar.

Portanto, fortalecer a EJA associada às tecnologias digitais representa um caminho necessário para construir uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (ed.). **Digital literacies: concepts, policies and practices**. New York: Peter Lang, 2008.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). **Tendências na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.